



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 246.3.55.O

DATA: 05/09/17

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 16h48min

TÉRMINO: 19h12min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
------	------	--------



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 282-C, DE 2016

(DO SENADO FEDERAL)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e das de nºs 22/15 e 84/11, apensadas (Relator: Dep. Betinho Gomes); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas apresentadas de nºs 1 a 12 e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 3, 4, 7, 8 e 11, com substitutivo; e pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 84/11 e 22/15, apensadas, e das Emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 9, 10 e 12 (Relatora: Dep. Shéridan).

Tendo apensadas (2) as PECs nºs 84/11 e 22/15.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia da PEC 282 de 2016.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2017.

Deputado GLAUBER BRAGA

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

O SR. VINICIUS GURGEL (PR-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vinicius Gurgel votou na sessão anterior com o partido.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, permita-me 1 minuto para fazer um registro.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Só quero fazer um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Esperem o Deputado Edmilson Rodrigues falar. *(Pausa.)*

Pedi a palavra antes o Deputado Orlando Silva. Depois eu passo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só registrar que hoje Atibaia, uma importante cidade de São Paulo, vive uma tragédia devido ao incêndio no Parque Ecológico de Itapetinga, que tem causado grande impacto ambiental e econômico na região.

O Vereador Michel Carneiro, do PCdoB, tem feito um esforço muito grande, mobilizando inclusive voluntários para colaborarem com os Bombeiros, a fim de combater esse incêndio que atinge algumas áreas turísticas da cidade.

Falei hoje à tarde com o Governador Geraldo Alckmin e pedi o apoio do Governo do Estado para reforçar o combate a esse incêndio. Agora há pouco, a secretária de Defesa Civil me comunicou que o Governo enviará novas viaturas do Corpo de Bombeiros, para que possamos — quem sabe amanhã — enfrentar e pôr fim a essa tragédia ambiental e ecológica, que está causando um impacto tão forte em Atibaia.



Quero cumprimentar o Vereador Michel Carneiro e todos os voluntários que nesse momento se dedicam a superar essa dificuldade naquela cidade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores votou com o Partido Progressista.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado José Airton Cirilo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Ministro do Esporte, nosso companheiro Leonardo Picciani, porque hoje foi publicada a Portaria nº 11, que selecionou os Municípios para o Programa Segundo Tempo. No Ceará, 94 Municípios foram contemplados. Desses 94, registro alguns Municípios com os quais tenho uma relação mais próxima. É o caso de Caucaia, Icapuí, Ibaretama, Pindoretama, Pacoti e Salitre, que desenvolvem todo um trabalho.

Estive em audiência com o Ministro Leonardo e quero aqui agradecer-lhe a deferência. Acho que esse é um dos programas mais importantes de inclusão social e de fortalecimento da cidadania e da juventude. Parabéns!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui destacar que foi publicada hoje a Portaria nº 11, de 4 de setembro, do Ministério do Esporte, na qual 94 Municípios do Ceará que atenderam ao chamamento público foram contemplados para a aplicação do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte.



Esse foi resultado de articulação minha junto ao Ministro do Esporte Leonardo Picciani, ao qual levei as demandas dos Municípios, pois o esporte é reconhecido como fenômeno sociocultural e é direito de todos e dever do Estado, tendo no esporte o seu vínculo cultural e na competição o seu elemento essencial e, portanto, deve contribuir para a formação e reforçar o desenvolvimento de valores como moral, ética, solidariedade, fraternidade e cooperação.

Como parte integrante do processo educacional, os princípios socioeducativos do desporto educacional se fundamentam nos seguintes pilares: princípio da inclusão; princípio da participação; princípio da cooperação; princípio da coeducação; princípio da corresponsabilidade.

Programa Segundo Tempo — PST.

O Programa Segundo Tempo — PST Padrão, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte, visa democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e, preferencialmente, regularmente matriculados na rede pública de ensino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para encaminhar, tem a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esse requerimento do PSOL que propõe a retirada de pauta dessa PEC se deve à compreensão de que ela se ressentiu de



maior debate e da tentativa de construir algum consenso em torno de pontos fundamentais e que terão repercussão de longo prazo na vida do País, porque um sistema político é a matriz sobre a qual se constrói uma nação, uma sociedade, um povo.

Uma mesma matéria vem sendo tratada de forma fatiada e com duas propostas de emenda constitucional: essa que se encontra pautada hoje e outra que virá na próxima semana tratando do mesmo objeto, que é o sistema político, sem que questões de fundo sejam discutidas como, por exemplo, a fidelidade partidária.

Não basta só propor mudanças de redução de número de legendas através de cláusula de barreira ou cláusula de desempenho. Mais importante do que isso, ou tão importante quanto o número de partidos, é a falta de identidade programática desses partidos, de identidade politico-ideológica e de falta de projetos políticos que de fato identifiquem uma legenda em relação ao que essa legenda pensa e propõe para o País.

É preciso uma mudança do nosso sistema político que atente para o fortalecimento dos partidos políticos. Não se fortalece a democracia, não se consolida a democracia sem um quadro partidário bem constituído, bem estruturado e bem identificado em relação ao que cada um desses partidos representa.

Sr. Presidente, de outro lado, eu retomo a preocupação com a ausência de mecanismos de democracia direta, de democracia participativa, sem o que a representação se fragiliza e, portanto, a democracia, por sua vez, também se ressentida da falta do exercício de duas dimensões: democracia representativa e democracia direta.



Por isso, é necessário um debate mais amplo, mais aprofundado para ouvir a sociedade a respeito.

Lembro que quando participei de uma Comissão Especial sobre a reforma política nesta Casa, como coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, a Comissão viajou pelo País inteiro para promover debates em quase todas as Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, ocasião em que a sociedade pôde ser ouvida, pôde se manifestar, pôde dar a sua visão de como pensava mudanças para o nosso sistema político.

Dessa vez, lamentavelmente, sobre essa proposta de reforma política, a Casa se comporta da mesma forma como tem se comportado em relação a outras propostas de reforma deste Governo ilegítimo, que vem impondo ao povo terríveis políticas de destruição do Estado brasileiro e das conquistas valiosas dos nossos trabalhadores, como tem ocorrido.

Está havendo um desmonte das conquistas históricas do nosso País, e isso está se dando com a conivência, com o apoio, com a presença ativa desta Casa, que se mantém de costas para a sociedade. No caso da reforma política, a sociedade também não foi ouvida e nem foi previsto mecanismo algum de consulta popular. Seria necessário submeter a proposta final dessa reforma à vontade popular, através de um referendo, que é um dos mecanismos de democracia direta, que inclusive consta do art. 14 da Constituição Federal.

Eu defendo aqui a necessidade, pelo menos, de se consultar a sociedade, no final desse processo que deve compatibilizar as alterações propostas em duas PECs: a PEC 282 e a PEC 77. Elas precisam dialogar entre si, tem que haver uma compatibilização entre aquilo que uma e outra propõe, para ter no final disso, de



fato, o aval, a legitimação, o reconhecimento da sociedade em relação àquilo que a Casa está propondo.

Que se realize um referendo para poder de fato imprimir o mínimo de legitimidade aquilo que está sendo decidido de forma absolutamente de costas para a sociedade brasileira. Vamos tentar adiar essa matéria.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou dizer uma coisa para V.Exas. sobre o João Doria, Prefeito de São Paulo. O maior traidor da história de São Paulo era Celso Pitta, que havia traído Paulo Maluf. Esse João Doria jamais seria Prefeito de São Paulo se Alckmin não o tivesse apoiado. O cara, agora, já está dizendo que vai disputar prévia com Alckmin, ou então, vai sair do partido. Quer dizer, é um traidor, é um canalha! Eu tenho horror à traição! Eu tenho horror à falta de palavra! Eu tenho horror à esculhambação! Esse cara jamais poderá ser Presidente da República, porque ele é um traidor.

Por que eu comecei falando sobre o João Doria? Porque ele é um exemplo de traição. Sabem o que está acontecendo aqui neste momento? Uma traição. Deputado Fufuca, V.Exa. estava indo muito bem. Agora, V.Exa. não vai “fufucar”. Veja bem, ontem à noite, na casa do Presidente Rodrigo Maia, estava a maioria esmagadora dos Líderes partidários e foi fechado o seguinte acordo: nós votaríamos hoje a PEC da proibição de coligação para 2020 — para 2018 não passa —, votaríamos a cláusula de barreira, que é exatamente o destaque do PPS.



Pararíamos o primeiro turno, se fosse aprovado no primeiro turno, e tentaríamos votar o distritão misto, que é uma ideia até palatável do Deputado Efraim Filho. Se o distritão misto fosse derrotado, votaríamos ainda hoje o segundo turno da PEC para 2020. Este foi o acordo. E não há homem nenhum aqui que esteve na reunião de ontem para dizer que eu estou mentindo. Eu repito: este foi o acordo.

Hoje, pela manhã, mudaram o acordo. Querem dar um *bypass* em alguns partidos. Querem votar um novo texto dizendo que a coligação pode ser em 2018, o que o PPS não aceita, o PTB não aceita, muitos partidos não aceitam. Pior do que isso — eu não vou dizer o nome do partido. Se o partido quiser, que o diga —, o partido entrou com um destaque no texto voltando com a coligação. Está tudo no texto, um verdadeiro samba do crioulo doido. Durmam com esse barulho.

V.Exas. acabaram de fazer a judicialização do Parlamento. Isso não vai ser aprovado e o Supremo vai aprovar a proibição de coligação já para 2018. Eu inclusive defendo a proibição de coligação para 2018. Todo mundo sabe o que eu defendo aqui: eu defendo proibição de coligação para 2018, eu defendo volta do financiamento privado, eu defendo cláusula de barreira. Agora, deveria haver o mínimo de entendimento. Esse era o entendimento.

Moral da história: romperam o entendimento. Não quero ficar falando o nome aqui de quem traiu, porque não sou disso. Quem traiu o acordo que faça a sua análise. Agora, isso não é negócio de homem, isso não é coisa de homem de bem. É por isso que a política está desse jeito, porque as pessoas não têm palavra, não se respeitam.

Por isso, Sr. Presidente, teve um cara que disse uma frase, Deputado Patrus Ananias, com a qual não concordo. O cara virou para mim e disse assim: “*Deputado,*



sabe por que eu não gosto de político?” Eu disse: “Sei não”. Ele disse: “Porque a palavra do melhor político do mundo só vale 4 anos, que é o mandato”.

Sr. Presidente, a palavra de alguns não aguenta uma noite. Que desrespeito! Que falta de respeito ao Brasil! Moral da história: vão colocar em votação a PEC, não vão aprová-la. Eu iria votar a favor, por solidariedade aos partidos que estão sendo traídos, mas votarei contra, porque não é assim que se faz política. Política se faz, acima de tudo, com palavra e com respeito às pessoas.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB entende que nós temos de fazer a reforma eleitoral o mais rápido possível. A data limite se esgota nesta semana. Por isso, o PMDB encaminha contra a retirada de pauta da PEC 282.

O PMDB encaminha “não.”

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT encaminha o voto “não.”

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “não”, pela retirada de pauta. Entendemos que nós precisamos votar essa PEC urgentemente, porque às 19 horas haverá sessão do Congresso. Precisamos votá-la agora, ressaltados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSDB?



A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, são quase 18 horas e ainda estamos fazendo essa discussão, que já se arrasta há semanas.

Há uma expectativa do povo brasileiro e o Parlamento deve demonstrar a sua responsabilidade. O acordo feito foi sobreposto por outro. Agora, o acordo está sendo desfeito aqui, demonstrando a nossa falta de responsabilidade com a sociedade brasileira.

Sras. e Srs. Deputados, essa discussão não pode mais ser adiada, ela já está ultrapassada. V.Exas. são conhecedores dessa matéria e sabem da sua importância para a sociedade brasileira.

Apelo aos Parlamentares, que sabem da responsabilidade de V.Exas., que sabem da necessidade de darem uma satisfação à sociedade brasileira, para votarmos, pelo menos, o início deste parecer. É uma reforma possível, mas não a ideal. Agora, com 25 partidos discutindo uma reforma, nunca chegaremos a uma equação.

Primemos pela palavra de cada um de nós e, assim, votemos pelo menos o início do parecer da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PR?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vai encaminhar “não” porque entende que devemos votar essa PEC no dia de hoje, para avançarmos na reforma política.

Há destaques oferecidos e vamos manter os nossos destaques. Portanto, o PR encaminha “não” ao requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSD?



O SR. HERCULANO PASSOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD entende que é importantíssimo votarmos essa matéria, que, eu diria, é metade da reforma política. É muito importante que a votemos e não a deixemos na mão do Supremo Tribunal, porque entendemos que nós temos que fazer o nosso papel em relação à reforma política.

Por isso, o PSD encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSB?

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB encaminha “não”. Nós entendemos que é preciso votar o quanto antes essa reforma política.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o DEM, Deputado Alberto Fraga?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “não” à retirada de pauta, mas lembrando que ainda estamos aguardando a definição do acordo que foi feito da medida aglutinativa ou pelo menos que se ressalvem os destaques do PR, que é do PRB, que é do PPS, que é do PTB e dos partidos pequenos desta Casa. Se quiserem passar rolo compressor sobre os partidos menores, respeitem o direito da minoria. Nós não iremos votar a PEC no segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PRB?



O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “não”, trazendo mais uma vez aqui o acordo que houve entre os Líderes em reunião agora à tarde para que nós possamos, na terça-feira, retornar a essa discussão, em apreciação, primeiro, pela PEC 77, depois retornando à PEC 282.

Entendemos que vamos votar “não” ao requerimento para votarmos agora o texto principal, ressalvados os destaques, que ficarão certamente para terça-feira, conforme o entendimento feito com todos os partidos ali presentes na reunião, especialmente o PP, que confirmou conosco que vai, após a discussão da PEC 77, caminhar com todos os partidos no sentido de apreciar o destaque do PPS.

Portanto, nesse entendimento, o PRB encaminha o voto “não”, para votarmos mais à frente o texto principal, ressalvando os destaques.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade?

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o Solidariedade, pela responsabilidade nacional que tem, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Podemos?

O SR. ADEMIR CAMILO (PODE-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, provavelmente todos os partidos, exceto o PSOL, vão encaminhar o voto “não”. Isso quer dizer que estamos à mercê de uma reforma política, e o PSOL



está dizendo ao povo brasileiro: “*Nós não queremos reforma política, queremos do jeito que está*”. Se não quer discutir, não atrapalhe!

O Podemos vota “não”, para votar rápido e votar com consciência.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós gostaríamos de deixar bem clara a posição do PCdoB. Nós apoiamos o destaque do PPS e dos demais partidos. Concordamos em votar o texto principal da PEC 282 para dar partida à reforma política. Eu espero que, a partir de hoje, não se faça uma campanha de que não se possa voltar atrás na análise dos destaques, porque esse foi o acordo.

Ademais, no acordo constou primeiro que, caso no sistema político não se aprovem modificações para o chamado distritão, os partidos que participaram do acordo votarão no destaque do PPS.

Nesta condição, confiando nas palavras dos Líderes, o PCdoB vai votar “não”, vai dar anuência a esse acordo, mas estará atento para deixar claro, na próxima...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vai votar “sim”. O que nós estamos assistindo aqui, na verdade, é o rompimento de acordos de forma sucessiva nesta Casa. Ontem à noite — e nisto o Deputado Silvio Costa em razão — a maioria dos Líderes partidários



fecharam um acordo, numa reunião em que o PPS não estava presente. Nós ficamos sabendo hoje pela manhã que havia tido um acordo que, na verdade, resgatou um acordo da Comissão no projeto da Deputada Shéridan. De última hora, na Comissão, a questão da coligação foi surpreendida com uma combinação de interesses para colocar o fim da coligação em 2018, quando nós já tínhamos pactuado, vários partidos ou a grande maioria, por se tratar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Não, Deputado, vamos respeitar o Regimento.

O SR. ARNALDO JORDY - Só quero concluir, Sr. Presidente, com uma frase.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Conclua, Deputado.

O SR. ARNALDO JORDY - Quero apenas dizer que nós não somos contra a reforma. Ao contrário, defendemos a proposta da Deputada Shéridan, talvez mais do que qualquer outro partido junto a S.Exa. Mas precisamos ter a garantia, na tribuna da Casa, do que se está dizendo nos bastidores, como ficou pactuado, para que nós possamos ter um mínimo de confiança de que os acordos firmados serão cumpridos sem qualquer tipo de subversão, como nós temos visto ultimamente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV vota "não".

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL é voz dissonante aqui porque não quer enganar a população afirmando que



se trata de uma reforma política. Nós estamos aqui montando uma colcha de retalhos muito mal debatida em alguns aspectos, que tem, de fato, um ou outro ponto positivo e que, no momento, se couber, poderá ter o nosso apoio, como, por exemplo, no caso do fim da coligação nas proporcionais — mas talvez por ter seus méritos, querem deixar só para as eleições municipais.

Nós queríamos ver discutida aqui a alternância de gênero nas chapas, o voto obrigatório ou o voto voluntário, que é um bom debate nacional, que interessaria à população, a contenção das campanhas milionárias, que querem manter, mesmo com o financiamento público. Isso seria começar a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota a REDE?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, qualquer decisão é melhor do que nenhuma decisão. Então, nós queremos votar o projeto. Não queremos a retirada de pauta.

Eu entendo que as palavras do Deputado Chico Alencar merecem, sim, ser objeto de uma reflexão. Nós não estamos fazendo uma reforma política coisa alguma. É bom que se diga à sociedade que não se está fazendo uma reforma política. Nós temos aqui projetos em votação. Então, há uma ordem de votação, e é melhor votarmos do que deixarmos para lá.

Por isso, a REDE vai votar “não” ao requerimento de retirada de pauta, cumprimentando o autor do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota “não”.



Nós queremos iniciar o debate dessas mudanças que nós entendemos importantes dentro do sistema eleitoral. Essa de hoje, a da PEC 282, estabelece uma cláusula de barreira e o fim das coligações. Depois, nós vamos ressaltar os destaques. Vamos votar o sistema político na terça-feira. Queremos que o fim das coligações tenha início em 2020. Depois vamos votar o financiamento de campanha. Portanto, nós vamos iniciar esse debate. Temos um diálogo com o conjunto da Oposição e vamos ser fiéis a esse diálogo. Queremos iniciar esse processo de melhoria do sistema político. Queremos votar esta PEC.

Votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota a Maioria?

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria encaminha pelo voto “não”.

Torcemos muito para que, nesta semana ou na próxima, no mais tardar, nós possamos evoluir para a votação dos temas importantes da reforma eleitoral. Os que envolvem coligação e cláusula de barreira são um passo que consideramos importante.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Governo?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós participamos, ao longo desses dias, de várias discussões. Não é verdade que não estamos discutindo a matéria. Essa é uma matéria que vive na nossa pauta permanentemente e na pauta da sociedade.

Acho que hoje avançamos bastante no instante em que conseguimos construir um acordo para votar o texto principal da PEC 282 na tarde de hoje. É um



passo importante que nós estamos dando, na tarde de hoje. Por isso, nós entendemos que devemos cumprir esse acordo que foi construído.

Portanto, votar “não” significa dizer sim aos ajustes que teremos que fazer na política neste momento, que é um momento de transição. E nós haveremos de continuar discutindo. A Casa que for eleita continuará discutindo, para encontrar aquele modelo que deseja toda a sociedade.

O Governo vota “não”, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 246.3.55.O

Data: 05/09/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5827

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP) - Nominal, Sr. Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA) - Nominal conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP) (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero aproveitar para elogiar o Ministro José Eduardo Cardozo. O Ministro recebeu um elogio, nesse processo de denúncia de todo tipo que está acontecendo no Brasil, dessa Operação Lava-Jato. E hoje ele recebe um atestado de honestidade, porque tentaram enredá-lo nesse escândalo. Ele, um homem reto, não o permitiu. Por isso, quero aqui elogiar o Ministro José Eduardo Martins Cardozo.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF) - Votação nominal conjunta, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Peço novamente a todos os Deputados que estejam fora da Casa ou nos seus gabinetes — as votações terão efeito administrativo — que venham ao plenário votar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é impossível não registrar. Acusaram o PSOL de estar querendo atrapalhar, empurrar a votação, não querer a reforma. Quem pediu a verificação nominal não fomos nós. Será que há uma insegurança quanto a esse acordo maravilhoso do qual só nós não fizemos parte? É para testar o quórum? É estranho isso. Nós não pedimos verificação.

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, solicitamos que os Deputados do PMDB desçam dos gabinetes e venham ao plenário para votar.

O SR. HERCULANO PASSOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é um dia de tristeza pelo que está acontecendo lá em Atibaia. No sábado, eu estive em Atibaia na abertura da Festa de Flores e Morangos.

Atibaia, que é uma cidade produtora, uma estância turística no Estado de São Paulo, que tem o melhor clima do Estado, hoje está com toda a região da zona rural incendiada, e o fogo está chegando aos hotéis e às pousadas. Nós pedimos o apoio da Polícia Militar de todas as cidades do entorno e do Estado de Estado de São Paulo, que já mandou helicópteros para ajudar, mas isso ainda não é suficiente. O fogo persiste há 2 dias e está prejudicando toda a região. Peço apoio para que o incêndio seja combatido em Atibaia.



É muito importante este pronunciamento! Em solidariedade a todo cidadão atibaiense, nós estamos aqui para pedir esse apoio a toda a região e ao Governo do Estado para apagar esse incêndio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu recebi aqui, através das redes sociais, a denúncia do Sr. Cristiano Santos. Ele relata a precariedade das ruas da região onde ele habita em Rio Branco, a região do Sobral. Essa precariedade é comum em toda a cidade de Rio Branco, mas o que me chama a atenção nessa denúncia que eu recebi do Sr. Cristiano é que, quando ele procurou a Prefeitura de Rio Branco, o encarregado do Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento — DEPASA, o Sr. Nier, disse que ele teria que fazer um protesto contra os Parlamentares que fazem oposição ao Governo do PT do Município de Rio Branco e do Estado — contra mim, contra o Senador Sérgio Petecão, contra o Senador Gladson Cameli, contra o Deputado Flaviano Melo e outros Parlamentares da Oposição, como se nós fôssemos os gestores do Estado e do Município.

O fato é que a Empresa Municipal de Urbanização — EMURB, da Prefeitura de Rio Branco, está envolvida em um dos maiores esquemas de corrupção do meu Estado, que está sendo investigado pela polícia, na chamada Operação Midas. Só um gestor, segundo dados do Ministério Público...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS orienta o voto “não”, Sr. Presidente.



O SR. ROCHA - Concluo, Sr. Presidente.

Só um gestor está sendo apontado como tendo saqueado mais de 7 milhões de reais.

Por isso, eu queria pedir aqui que os gestores da Prefeitura tenham responsabilidade. Quem faz a gestão do Município e quem faz a gestão do Estado são pessoas ligadas ao PT. Nós não temos responsabilidade com relação às verbas que são destinadas pelo Governo Federal ao Município de Rio Branco e ao Estado do Acre.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra, pela Liderança do PT, ao Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

O SR. LUIZ SÉRGIO - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, pela ordem.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de muita espera, o Governo Federal assina com o Estado do Rio de Janeiro o Plano de Recuperação Fiscal. Isso era muito esperado, porque o Governador disse que, com esse acordo, ele vai finalmente colocar em dia o pagamento dos servidores.

Mas nos causa preocupação o fato de o Ministro da Fazenda, ao assinar o acordo de recuperação, colocar exigências, entre elas, exigências inaceitáveis, como exigir que o Governo do Estado do Rio de Janeiro feche a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy



Ribeiro. É inaceitável que o Ministro da Fazenda queira fazer terrorismo em cima do Estado do Rio de Janeiro.

Nós esperávamos por esses recursos, porque o Governo Federal precisa ajudar o Rio, mas não aceitamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para falar como Líder, concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu queria tentar explicar à população que está nos ouvindo e a todos aqui o acordo que foi feito no procedimento de votação. Esse acordo é muito importante. Em primeiro lugar, nós vamos votar essa emenda constitucional, a PEC 282, que avança em dois pontos importantíssimos na reforma política.

O primeiro ponto é a questão das coligações. A PEC, na forma que veio do Senado, previa que o final das coligações se daria a partir das eleições de 2020. Com isso, haveria uma transição em 2018, e todos os partidos poderiam se organizar e se preparar para um novo momento, em que não seriam mais possíveis as coligações.

E as coligações realmente são uma distorção do sistema eleitoral, porque o eleitor vota no candidato de um partido que está coligado com outro partido, mas aquele seu candidato muitas vezes não é eleito, e o candidato de outro partido, que depois até pode desfazer a coligação e a aliança, acaba sendo eleito. Essa é uma distorção muito séria, e essa PEC resolve esse problema grave do sistema eleitoral brasileiro.



O segundo ponto é que essa PEC também prevê que nós tenhamos a implantação das chamadas cláusulas de desempenho, ou seja, um percentual mínimo de votos. Todos os partidos que o ultrapassarem terão direito ao tempo de rádio e de televisão e terão direito a acessar o fundo partidário.

Por que isso é importante? Porque nós estamos vendo uma verdadeira proliferação de partidos em nosso País, muitas vezes com o único objetivo de colocar a mão nesses recursos e de comercializar o tempo de rádio e TV. Essa PEC é meritória também porque resolve esse problema, inclusive estabelecendo uma escadinha: a partir de cada eleição, esse percentual aumenta de 1,5% dos votos para 2%, para 2,5%, para 3%. Isso quer dizer que em quatro eleições os partidos, para acessarem o fundo partidário e o tempo de rádio e TV, vão ter que ter 3% dos votos. Com isso, nós vamos garantir uma representatividade efetiva no Congresso Nacional. Isso é muito importante.

É importante também nós adotarmos esse procedimento — que foi um acordo feito aqui entre vários partidos — com que votaremos no texto principal agora.

Na terça-feira, vamos retomar a PEC 77, relatada pelo Deputado Vicente Candido. Lá vamos votar, em primeiro lugar, o sistema eleitoral.

Alguns aqui defendem o chamado distritão. Nós temos total desacordo com esse sistema. Esse é um sistema que vai privilegiar a manutenção dos atuais detentores de mandato. Nós não concordamos com isso, porque vai transformar o Parlamento numa representação pessoal, e não numa representação partidária. Além do mais, isso impede a renovação política. Portanto, nós vamos também nos manifestar contrariamente ao distritão.



Depois vamos votar, com vigência a partir de 2020, a aprovação ou não do chamado voto distrital misto. Inclusive, vamos precisar discutir muito bem essa questão para que possamos ter um acordo. Com essa votação, nós vamos verificar se o processo de transição do sistema eleitoral será feito pela adoção do sistema chamado distritão ou pela manutenção do sistema proporcional, conhecido há mais de 80 anos. Nós do PT vamos defender o sistema proporcional.

Por fim, vamos defender que, ao votarmos os destaques desta PEC que nós estamos apreciando hoje, nós aprovemos o destaque do PPS, que vai permitir que se façam coligações em 2018. Para que? Para que excepcionalmente façamos essa transição de modelo eleitoral. Os partidos vão precisar se organizar, vão precisar valorizar lideranças políticas, para que efetivamente tenhamos condições de formar chapas desses partidos. Evidentemente, o afunilamento da cláusula de desempenho vai fortalecer os partidos, vai permitir que tenham maiores lideranças e que elas não se dispersem em um conjunto de mais de 40 partidos, como é a perspectiva para 2018.

Portanto, a aprovação da PEC que nós estamos votando agora, a manutenção das coligações em 2018 e a aprovação de um novo sistema eleitoral a ser adotado a partir de 2020, efetivamente, representam uma reforma política da maior importância.

Mas nós não queremos deixar de defender claramente a necessidade de mudança no modelo de financiamento eleitoral do Brasil. Nós estamos vendo fotos de malas de dinheiro, nós estamos vendo o escândalo da JBS, que se avoluma a cada dia, nós estamos vendo os problemas que surgiram e que contaminaram e



desacreditaram o sistema político, assim como desacreditaram os partidos, os Deputados e os Senadores. Nós temos, então, que resolver esses problemas.

E esse problema não se resolve apenas com a doação das pessoas físicas, visto que a doação financeira das pessoas jurídicas está proibida pelo Supremo Tribunal Federal e não existe perspectiva de que volte. Portanto, nós defendemos que, além da doação das pessoas físicas, haja um sistema de financiamento público. Por quê? Por um motivo muito simples: se houver apenas doações de pessoas físicas, os mais ricos terão uma campanha maior, mais ampla, uma campanha esmagadora sobre os candidatos mais pobres, sobre os partidos com menos recursos. O que vai igualar, o que vai nivelar as campanhas políticas é exatamente o financiamento público, que vai garantir que tenhamos maior igualdade.

Eu não posso concordar com aqueles que falam: *“Cada candidato pode colocar o quanto quiser de dinheiro na campanha”*. Vimos nas últimas eleições candidatos como o João Doria, que colocou 6 milhões de reais na sua própria campanha. O candidato do meu partido, o Haddad, não tinha condições de colocar 6 milhões de reais, até porque nem esse patrimônio ele tinha.

E também não podemos concordar que um doador faça doação do tamanho que bem entender, sem limites. Precisamos estabelecer limites de doação, limites de autofinanciamento e teto de campanha.

E quero acrescentar: o teto deve ser baixo. Precisamos reduzir o custo das campanhas. Precisamos estabelecer um custo baixo de campanha, exatamente para que se valorize o quê? A preferência do eleitor, a preferência e a discussão, e não a supremacia dos gastos esmagadores de campanha sobre aqueles que não têm condições de fazer campanhas ricas.



Portanto, estabelecer limites ao financiamento privado oriundo de pessoas físicas, estabelecer limite de gastos e estabelecer o financiamento público são garantias de eleições mais democráticas. Essa é a nossa batalha. É isso que o Partido dos Trabalhadores vai defender daqui até o fim dessas votações.

Queremos também garantir aos senhores e às senhoras que não podemos admitir um sistema jabuticaba como o distritão, que só é usado lá no Afeganistão. Nós precisamos de um sistema proporcional, que permita a participação das correntes minoritárias na sociedade, que permita a representação de todos os tipos de visão e que transforme, de fato, este Congresso. *(Palmas.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Parabéns, Deputado!



A SRA. LUIZIANNE LINS (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Luizianne Lins votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Eu vou encerrar a votação. Todos já votaram? (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Passa-se à votação.

Em votação o substitutivo adotado pela Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, em primeiro turno, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. (*Pausa.*)

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só dar como lido o meu pronunciamento de hoje.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 1º de setembro comemora-se o Dia do Educador Físico, dia do profissional que promove a saúde e a qualidade de vida da população, desde as séries iniciais no ensino infantil nas escolas. Ao professor de educação física cabe trabalhar com as habilidades cognitivas das crianças, o equilíbrio, a disciplina e a concentração. O profissional de educação física está relacionado com todas as faixas etárias, desde o nascimento até a terceira idade. É ele quem trabalha o desenvolvimento físico, motor, cognitivo e social das crianças.

Sob a orientação desse profissional, é possível praticar atividades físicas respeitando os limites de cada um e as características individuais, garantindo assim o bem-estar dos praticantes em todas as faixas etárias. A atividade física, além de garantir a qualidade de vida das pessoas, ajuda a prevenir vários tipos de doenças. E o profissional da educação física é quem trabalha nessa manutenção da saúde. Ele é responsável por fazer a aferição da frequência da pressão arterial, entre outros procedimentos, que dão a garantia de um trabalho elaborado com eficiência e segurança. Por essa razão percebe-se a importância desse profissional. Somente ele pode realmente fazer esse trabalho.



Enfim, Sr. Presidente, a área de Educação Física é ampla e não se restringe apenas às academias e escolas. Independentemente da opção escolhida pelo profissional, sempre estará ligado à promoção da saúde e ao aumento da qualidade de vida da população. O profissional de Educação Física é um empreendedor que, ao abrir sua empresa, sua academia, seus espaços de fitness, oportuniza a qualidade de vida para a população brasileira.

Parabéns a todos os educadores físicos que trabalham para uma sociedade mais saudável e feliz.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Adelmo Leão votou conforme a orientação do partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Manato.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Certo.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Assis Melo.

O SR. ASSIS MELO - Sr. Presidente, conceda a palavra ao Deputado Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao meu colega de bancada, o Deputado Assis Melo, pela oportunidade de poder fazer uso da tribuna neste momento.



Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiro, eu quero fazer uma homenagem à Deputada Shéridan pela dedicação que teve na construção do texto que veio ao exame do Plenário neste momento. Fui testemunha de sua dedicação, do seu empenho, do diálogo que ela travou com as várias bancadas, sustentando, inclusive, o entendimento feito no diálogo entre Câmara e Senado.

Quero cumprimentar os Líderes que se empenharam para produzir o entendimento — um entendimento que ganha forma na votação desta emenda à Constituição e que pode alterar o sistema eleitoral e financiamento na Emenda 77.

Eu espero que, ao final, nós consigamos, com isso, dar alguma racionalidade ao processo político e parlamentar, ao funcionamento desta Casa e, de alguma maneira, dialogar com a sociedade brasileira sobre a política, sobre mudanças para dar mais legitimidade à política.

Digo isso, portanto, somando-me aos entendimentos feitos até aqui. Entretanto, quero registrar que, do meu ponto de vista, esses entendimentos produzirão mudanças pontuais no sistema eleitoral brasileiro, mas isso está longe, muito longe, da necessária reforma política que o Brasil precisa construir.

O Brasil precisa de um choque de democracia, reforma política para valer, que reconecte a população brasileira com o debate político, que busque construir uma representatividade de partidos, de políticos e da política.

Eu insisto nisso, porque considero que é uma espécie de arremedo, um simulacro de reforma política o que foi produzido até aqui. Apoio o entendimento, mas registro que se trata de ajustes pontuais no sistema de votação, muitas vezes contaminado com a luta para a perpetuação no poder de alguns.



Considero que este Parlamento ainda vive o desafio de construir medidas que estimulem a democracia direta. Não há reforma política sem participação direta da sociedade. Ano sim, ano não, o Brasil realiza eleições. Toda a população é chamada às urnas. Por que não permitir que a população, de modo direto, se manifeste na forma de plebiscitos, de referendos, sobre temas chaves da vida nacional? Seria uma forma de nos reconectarmos com a população, seria uma forma de retomar o sonho, a motivação para a política que muitos jovens deixam de ter, pelo que se vê no noticiário e também pelo sistema político que produzimos, que é um sistema excludente, um sistema que produz um Parlamento que não é a cara do Brasil. Enquanto os Paramentos não tiverem mulheres na proporção que existe na sociedade, negros, trabalhadores, enquanto o Parlamento brasileiro parecer o Parlamento da Europa, nós estaremos longe de nos reconectarmos com a sociedade brasileira.

Por isso, eu considero que temos que enfrentar esse debate. Não haverá tempo até as próximas eleições, mas é um debate vivo. Espero que nós façamos um debate franco sobre a necessidade de financiamento público de campanha, para que possamos produzir um ambiente mais equitativo nas disputas políticas. Espero que façamos mexidas no sistema eleitoral que reforcem partidos, que reforcem a democracia, porque vejo aparecer como panaceia a cláusula de desempenho, a cláusula de barreira.

Meus amigos, o problema do Brasil não são os pequenos partidos. Os grandes partidos do Brasil, assim chamados pelo número de Parlamentares, são os grandes protagonistas das crises que o nosso País vive.



Falam do fim das coligações como panaceia. Meus amigos, não é obrigatória a coligação, é facultativa! Coliga-se quem quer. Essa é uma alternativa dos partidos.

Portanto, eu reconheço que o limite é muito grande para operarmos a reforma política necessária, mas quero crer que, passada a urgência, a premência dessa fase, devemos seguir debatendo medidas para reconectar a política, os políticos e os partidos com a sociedade brasileira para fazermos uma verdadeira reforma política.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação do requerimento anterior, eu votei com o PSOL.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Valdir Colatto votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, para falar contra. *(Pausa.)*

O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcio Alvino votou com o partido na última votação.

O SR. CARLOS GOMES (PRB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Gomes votou com o PRB na última votação nominal.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço que me inscreva como Líder.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, para falar a favor. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, para falar a favor. *(Pausa.)*



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Nós temos noção de que a PEC que estamos discutindo não provoca mudanças estruturais, mas provoca, sim, mudanças. Ela qualifica a representação partidária. Nós temos que transformar ou fazer com que os partidos sejam partidos e não simplesmente legendas.

É nesse sentido que esta PEC busca fazer a qualificação partidária. É óbvio que nós temos que discutir financiamento eleitoral e é óbvio que não podemos mais permitir que o País se assuste com o que nós estamos vivenciando.

Que cidadão ou cidadã brasileira não se assustou com as malas de dinheiro encontradas com o discípulo ou braço direito de Michel Temer? São malas de dinheiro! Este é um Governo que vive tropeçando em malas, um Governo que não consegue esconder o seu caráter essencialmente corrupto. Mas esses recursos seguramente, ou provavelmente, estariam também sendo utilizados em processos de financiamento.

Por isso que, quando nós defendemos o financiamento público — e queremos fazer essa discussão na próxima semana —, estamos defendendo a transparência e que os donos dos mandatos devam satisfação ao povo brasileiro e não a quem os elegeu. Espero que não tenhamos aqui grupos de interesse que serão títeres sabujos daqueles que financiaram as suas próprias campanhas. Espero que possamos inclusive, a partir daí, baratear os custos da própria campanha, para que tenhamos controle e transparência, para que tenhamos uma democracia representativa mais coadunada com a sociedade brasileira e que represente a sociedade brasileira.



Nós não podemos dizer que não há uma precarização da nossa democracia representativa. O que é uma Câmara em que 10% ou pouco mais são mulheres, quando as mulheres representam hoje 52% da população brasileira? Que Câmara é esta que tem as suas burcas e as suas mordanças invisibilizadas, pois temos menos mulheres no Parlamento do que nos lugares em que as mulheres usam burcas? Temos aqui as nossas burcas, as nossas mordanças invisibilizadas. É preciso, portanto, que tenhamos um Parlamento em que as junções e coligações eleitorais não sejam isso que é hoje. As coligações não podem acontecer por conveniência eleitoral. Depois, as coligações elegem, mas as pessoas que são eleitas defendem posições antagônicas muitas vezes ou contraditórias.

O fim da coligação é para que tenhamos, na Câmara, durante os mandatos, um processo que represente a vontade do eleitor ao votar aquelas propostas e não que tenhamos uma independência absoluta dos Parlamentares, posto que foram eleitos em uma mesma plataforma. É preciso que qualifiquemos a política, porque, senão, há uma criminalização dela em curso.

Nós vamos qualificá-la, sem nenhuma dúvida, aprimorando o sistema eleitoral e o financiamento, também com a cláusula de barreiras e o fim das coligações, para que tenhamos a continuidade do processo eleitoral nos mandatos. Nós vamos qualificar a democracia, sem nenhuma dúvida, aprofundando a democracia direta, a democracia participativa, os instrumentos para que a sociedade pegue o seu destino pelas próprias mãos e possa exercer uma condição que só os seres humanos têm de ter consciência de sua vida, pegá-la pelas mãos e transformá-la de forma coletiva.



Portanto, nós estamos aqui discutindo esta PEC. Somos favoráveis a ela e queremos o financiamento público de campanha e que o distritão, que é a anulação das ideias, a autonomização das pessoas, não seja aprovado nesta Casa. O que nós queremos é que a nossa democracia representativa se aproxime do povo brasileiro.

A nossa democracia representativa deve representar o que é este País chamado Brasil, que é filho das casas grandes, senzalas, mas também de Zumbi dos Palmares.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto o Deputado Glauber se dirige à tribuna, faço apenas uma nota gravíssima.

Um parecer do Ministério da Fazenda indica no mal chamado Plano de Recuperação do Rio a possibilidade de extinguir o ensino superior, as universidades estaduais, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ e o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste — UEZO, enfim, algo absolutamente abjeto e inaceitável!

Quem começa a atacar a ciência, a tecnologia e a cultura está no caminho do fascismo, sob o nome de equilíbrio fiscal. A Universidade Estadual do Norte Fluminense — UENF também está ameaçada. E nós repudiamos isso.

Vai haver uma intensa mobilização contra esse crime que o Ministério da Fazenda tenta impor ao Rio de Janeiro.



O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para esclarecer ao Deputado Chico Alencar que o acordo que nós assinamos hoje, é óbvio, tem recomendações do Ministério da Fazenda. Há outras várias recomendações, mas o cumprimento não necessariamente é obrigatório pelo Estado.

Nada disso. O que está recomendado como extinção de universidade pública consta da Lei Complementar nº 159, na qual eu fui Relator, e que nós todos aprovamos aqui nesta Casa.

Por isso, pode ficar tranquilo que não haverá o fim da UERJ, da UEZO, da UENF no Estado, porque, se nós tivermos que estar na mesma trincheira, estaremos para proteger a universidade estadual e pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR - Mas documentado está.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou fazer uma observação bem rápida, e até o Deputado Glauber Braga poderá falar sobre isso. Há acusações muito sérias, e eu acho que esta Casa tem que tomar uma posição a respeito desses dois delatores, os irmãos Joesley e Wesley Batista. Na gravação que roda hoje, eles dizem muito claramente: *“A Odebrecht lascou o Legislativo, o Zé Cardozo vai entregar o Supremo, o Judiciário, e está tudo resolvido. Nós vamos entregar o Executivo, e vamos nos sair bem dessa. Não vamos nem precisar voltar a depor, porque tudo o que nós temos está gravado”*.

Ou nós convocamos esse bandido para cá ou não podemos ficar desse jeito, como se nada estivesse acontecendo, Deputado Glauber Braga, que vai me



sucedem. Nós temos que convocar o Janot, o Joesley, porque não podemos deixar que ponham em xeque o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, porque o povo cobra isso de nós.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu começo falando sobre a intervenção que fez aqui o Deputado Chico Alencar, intervenção essa que está, sim, presente no documento da Secretaria do Tesouro.

Eu vou aqui fazer a leitura do que está dito no documento de recomendações: *“Essa categoria de medidas de ajuste poderia ser ampliada, passando a abranger inclusive a revisão da oferta de ensino superior”*. Está dito aqui no documento com todas as palavras: “revisão da oferta de ensino superior”. Leia-se aquilo que o Governo do Estado do Rio de Janeiro já está fazendo através dos seus atos, que é sucatear a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sem repassar os recursos. E eles chegam mais longe, falando da possibilidade de revisar qualquer possibilidade de oferta. O que é isso?

Isso é privatização, isso é acabar. E eles trazem inclusive um conjunto de outras medidas aqui como recomendações da Secretaria do Tesouro, e, entre essas recomendações, demissões. Como não vamos ficar preocupados? Ficamos preocupados. Estão utilizando a crise do Estado do Rio de Janeiro para privatizar a CEDAE, que é superavitária, que dá lucro.

E mais do que dar lucro, a CEDAE é uma companhia que no Estado do Rio de Janeiro fornece água a diversas regiões, e todos sabem, inclusive os liberais, ou



os neoliberais econômicos, que o pior momento para vender qualquer ativo — utilizando a palavra que é muito utilizada pelos senhores — é exatamente o momento de crise. Então, é sim. O que está contido aqui na proposta, nas recomendações da Secretaria do Tesouro cuja leitura eu acabei de fazer, e que foi dito e relatado pelo Deputado Chico Alencar, é uma recomendação de que, se o Rio de Janeiro não cumprir o pactuado nas contrapartidas draconianas junto ao Governo Federal, seja avaliada inclusive a possibilidade de não haver a oferta de ensino superior. Leia-se acabar com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e as outras universidades estaduais. Fica aqui a nossa preocupação, a nossa indignação, a da bancada do PSOL.

Além disso, discutimos aqui, então, a proposta de reforma eleitoral. A reforma que o PSOL defende é necessariamente aquela que amplia os instrumentos de participação direta da sociedade brasileira. Gostaríamos muito que cada uma das matérias que estavam sendo aqui votadas — e concordamos fazer um acordo total e irrestrito — passassem por um referendo da sociedade brasileira, que houvesse a possibilidade, por exemplo, de, em matérias que não foram discutidas em campanha eleitoral, como reforma da Previdência, reforma trabalhista, passassem pelo referendo da sociedade, antes que passassem por um processo automático de aprovação.

Nós defendemos, sim, que o poder econômico não faça a captura dos mandatos eletivos. Para isso, no financiamento, a proposta que temos defendido, objetivamente, — porque nós defendemos o financiamento público de campanha — são adequações ao fundo já existente, porque já existe o fundo partidário. Então, defendemos adequações a esse fundo nos anos eleitorais, com o estabelecimento



de teto para pessoas físicas e para as autodoações e, além disso, que possa haver uma distribuição mais igualitária, não só fortalecendo os grandes partidos, em detrimento dos pequenos partidos, porque isso não favorece o processo de renovação.

Com relação à cláusula de barreira, a nossa posição é contrária. Existem outras formas de se fazer com que os pequenos partidos, não ideológicos e não programáticos, não venham a ampliar as suas ações e atividades.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulão votou com o partido, Sr. Presidente, na votação anterior.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Flaviano Melo votou com o seu partido, o PMDB, na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Eu vou consolidar pela votação da PEC.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra como Líder.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB, após a construção de um acordo com vários partidos, um acordo em que esta Casa busca dar uma resposta à sociedade, com a aprovação da PEC 282, de autoria da Deputada Shéridan, que tem enormes avanços, nós vamos aprová-la hoje, ressalvados os destaques, para que, na próxima semana, possamos votar sistema eleitoral, sistema de financiamento, a PEC do Deputado Vicente



Candido e assim concluir a discussão sobre um novo sistema eleitoral, uma nova reforma política para este País.

Respeitando o acordo, o PMDB vota “sim”, pelo substitutivo da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Partido dos Trabalhadores vota “sim”. O Partido dos Trabalhadores entende que é preciso qualificar os partidos e a democracia representativa, pois a democracia deste País está no pelourinho. Há, no Palácio do Planalto, um golpista, um golpista nítido e está absolutamente desnudo o seu caráter corrupto, o golpista das malas, que acaba com as bolsas, a Bolsa Família, enfim, as bolsas fundamentais para que este País seja mais igualitário. Esse golpismo quer destruir a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, como foi dito pelo Ministro da Fazenda, que não gosta de espaços onde se possa desenvolver a consciência crítica, porque a consciência crítica se desenvolverá contra esses que acham que são donos do Brasil, que podem vender o Brasil, esses corruptos que querem dominar a Nação.

O PT vota “sim”.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Deputado Roberto de Lucena, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PP, Sr. Presidente, entende que a reforma política precisa ser votada. E poderemos iniciá-la, a partir da decisão de V.Exa., com a votação da PEC 282/16,



aliás, muito bem relatada pela nossa querida colega Deputada Shéridan. Nós podemos aprovar hoje o substitutivo, logicamente, ressalvados os destaques.

Por isso, nós do PP e do PTdoB votamos “sim”, Sr. Presidente, pela aprovação do substitutivo da Comissão Especial.

Quero parabenizar, mais uma vez, os componentes da Comissão e a nossa querida Deputada Shéridan.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSDB?

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB votará “sim”.

A nobre Deputada Shéridan realizou um árduo trabalho, com toda a sua equipe — funcionários e assessoria da Liderança —, em parceria com todos os partidos com representação na Câmara dos Deputados. Aproveitamos para agradecer antecipadamente à Deputada e dizer que a designamos para falar pelo tempo da Liderança, logo em seguida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PR?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vai votar “sim”, mas preferiria votar a PEC 282/16 como ela veio do Senado Federal.

Nós cumprimos a Deputada Shéridan pelo seu substitutivo, mas fazemos a ressalva de que vamos nos posicionar por meio dos nossos destaques assim que forem colocados em discussão e votação, para poder retornar à sua condição de originalidade a PEC 282/16.

Portanto, o PR encaminha o voto “sim”.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSD? (*Pausa.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Afonso Florence votou com o partido na votação anterior.

O SR. MARCOS REATEGUI (PSD-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em virtude do acordo celebrado, o PSD vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSB?

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB segue o acordo feito pela grande maioria dos partidos e vai encaminhar o voto “sim”. O partido entende também que é preciso fazermos uma reforma, minimamente que seja, mas é preciso fazê-la.

Então, nós vamos encaminhar o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o DEM?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar a Relatora Shéridan, que foi incansável na busca por um consenso. O que conseguimos hoje é aquilo que mais se aproxima desse entendimento. A forma destemida como a Deputada Shéridan, apesar da sua juventude, esteve com todas as bancadas, é em grande parte responsável pelo êxito deste momento.

Em segundo lugar, é importante a Câmara dos Deputados sair da inércia. Acho que este momento representa um passo adiante.

Não conseguimos avançar durante todas as discussões. Hoje largamos a zona de conforto, saímos da omissão, saímos da inércia e começamos a votar um tema que precisa estar em sintonia com o que pensa a sociedade.



Se esta Câmara optar por não fazer nada, não votar nada, não realizar nada, nós estaremos perdendo o direito de reclamar. Se o Supremo resolver preencher esta lacuna...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*

O DEM vota "sim".

O SR. DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, o PDT acha...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB?

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar a Relatora, a Deputada Shéridan, e dizer que o PRB vota "sim", mas trazendo mais uma vez a discussão e o acordo feito na tarde de hoje com os demais partidos de votarmos o texto principal, ressaltando os destaques, que ficarão para terça-feira, após a votação da PEC 77/03, como disseram alguns Parlamentares que me antecederam, que traz consigo o distritão. Esperamos derrotar essa matéria na terça-feira e, em seguida, retornar ao debate desta PEC, para que nós possamos fazer uma transição do atual sistema proporcional, colocando o fim da coligação apenas para 2020.

O PRB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PDT?

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, achamos importante que essa reforma política tenha continuidade. O Congresso Nacional não pode ficar engessado em relação a esse tema. A população brasileira pede isso, e nós temos a consciência de



que devemos fazer essa reforma política. O Brasil clama por isso. Todos esses problemas que estão acontecendo estão à mercê de uma reforma que atenda os anseios da sociedade, os anseios da classe política. Não podemos deixar de fazer essa reforma política.

Por isso, neste instante, este avanço, este pontapé inicial é importante para que possamos discutir a matéria. Essa reforma tem que ser começada hoje, avançar hoje. E, na semana que vem, vamos dar o pontapé final.

O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos defende uma reforma política muito mais ampla, profunda, inclusive utilizando-se de mecanismos de democracia direta.

Mas como isso não é possível no momento, nós vamos orientar o voto “sim”, esperando que, a partir de 2019, possamos fazer a grande reforma política de que o Brasil precisa.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Solidariedade?

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha o voto “sim”, mas na semana que vem nós temos um acordo feito com outros Líderes de votar, ressaltando os destaques aqui, para o fim da coligação ser para 2020 e não prejudicar toda a eleição de 2018.

Temos clareza de que é preciso fazer mudança no sistema eleitoral. Não dá para conviver com o sistema eleitoral atual, mas temos a certeza de que precisamos acabar com a coligação em 2020.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PCdoB?



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Deputada Shéridan, uma mulher que, no exercício do mandato, toureou um assunto complexo, com uma visão democrática do diálogo.

Mas é preciso dizer que esta PEC não tem o conteúdo de avanço. No momento em que a política brasileira sofre profundos retrocessos, não podemos imaginar que, com isso, se avançaria na reforma política e se ampliaria a democracia.

O PCdoB votará “sim” ao texto, porque é um texto de redução de danos, em relação ao que veio do Senado, mas nunca tivemos identidade programática com o conteúdo desse texto.

Esperamos que, na semana que vem, nós possamos, de fato, cumprir um acordo de procedimento que permita o cumprimento do acordo global em relação a todos os itens desse texto e que nós possamos pelo menos viabilizar um mínimo de pluralidade e democracia nas eleições de 2018, esperando o melhor momento para a votação da reforma política.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que é necessário fazer essa reforma política. Essa questão da cláusula de barreira vai dar mais moral para que os partidos possam crescer dentro dos Estados.

Portanto, nesse entendimento, o PSC encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente nós queríamos parabenizar o esforço de vários Líderes, em especial o da Relatora desta PEC, a Deputada Shéridan, que conduziu a relatoria com muita competência e com muita capacidade de ouvir e de articular.

Deixo claro que não se trata aqui, como já disseram alguns, de uma reforma política. Uma reforma política, na atual crise de representação do sistema político eleitoral no Brasil, tinha que discutir primeiro o parlamentarismo, que é um sistema de governo que hoje estabiliza a maioria dos Estados democráticos. Há experiência já comprovada. Assim poderíamos fazer uma profunda e efetiva reforma política.

Estamos aqui discutindo alguns ajustes no compromisso que foi firmado por V.Exa., com o Presidente desta Casa, com o Líder de Governo e com várias outras lideranças, de nós retomarmos o fim da coligação para 2020, exatamente pelo fato dessa transição.

São mais de 50 anos de voto com coligação. Para superar isso, é preciso que os partidos se preparem. Da mesma forma, há a cláusula de desempenho, com a transição que também foi proposta pela Deputada Shéridan.

Portanto, nosso voto está aqui condicionado a esse acordo feito, que será concluído e firmado na semana seguinte.

Essa é a posição do nosso partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Agradeço a confiança de V.Exa., Deputado. V.Exa. tem a minha palavra de que tudo o que for acordado será cumprido na próxima semana.

Deputado Diego Garcia, como vota o PHS?



O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos aqui na Casa: um jovem Parlamentar brilhante, que está muito bem conduzindo os trabalhos nesta tarde, nesta noite. Quero parabenizar também a Deputada Shéridan, outra jovem Parlamentar que representa essa oxigenação da nossa política brasileira.

O PHS, da mesma forma, vai orientar o voto “sim” a favor deste acordo que foi feito e firmado na tarde de hoje entre diversos partidos, resgatando em outro momento o texto que foi, em outra hora, apresentado pela Deputada Shéridan, com relação ao fim de coligações para 2020. Entendemos que o fim de coligações para 2018 é muito precipitado.

Portanto, vamos orientar o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PV?

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar V.Exa. pela condução não apenas desta matéria, mas também pela condução do acordo, do entendimento que foi brilhantemente articulado e construído por V.Exa. Quero cumprimentar a Deputada Shéridan, que fez um trabalho digno de louvor e que merece o nosso reconhecimento.

E aqui, em nome da bancada do Partido Verde, quero justificar a ausência do nosso Deputado Mendes Thame a esta votação importante, em virtude de licença médica. E quero ainda dizer, Sr. Presidente, que o Partido Verde compreende a importância da matéria. Entendemos que isso é apenas um pontapé inicial, mas é um bom pontapé inicial.



Nós estamos deliberando sobre dois aspectos de uma reforma política que precisa ser aprofundada, precisa ser levada adiante, não pode ser parada agora no ambiente de urgência da matéria.

O PV orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Muito obrigado, Deputado.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O “não” do PSOL pretende ser uma denúncia ao engavetamento de iniciativas populares para mudar em profundidade o sistema político, configurar uma verdadeira reforma, entre essas, a proposta liderada pela OAB, pela CNBB e por mais de cem entidades sindicais populares que lutam por uma reforma política democrática com participação popular.

Efetivamente essa proposta está aqui na Casa, engavetada, e transformaria em profundidade o sistema político, inclusive livrando-o da dominação da colonização pelo poder econômico, pela demagogia, pelo clientelismo, pelo “toma lá, dá cá”, pelos currais eleitorais, pelo voto de mercado. Compra-se o mandato e depois paga-se esse mandato tornando-se um serviçal de grandes empresas.

Por isso, nós dizemos “não”!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota a REDE?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, talvez na terça-feira tenhamos um cenário de debate mais animado.

Hoje eu ouvi algumas coisas da tribuna que são dignas de energúmenos quando fazem referência ao Afeganistão, por exemplo, e que terão a resposta devida na hora da batalha.



Mas, na REDE, nós não temos, em relação a este projeto, uma posição fechada, unânime. A rigor, há uma posição predominantemente até contrária a este projeto.

Porém, para sair da inércia deste momento, eu vou votar “sim” a este projeto, que não é o meu projeto final. Isto aqui é um arremedo de reforma política, mas, para andarmos, para darmos um passo, votarei “sim”.

Mas a REDE libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PEN? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria vai votar “sim”. Nós queremos parabenizar os Líderes que chegaram a essa conclusão de iniciar o processo, porque hoje nós vamos votar por uma cláusula de barreira para diminuir o número de partidos, vamos votar também pelo fim das coligações e depois vamos votar para o início da transição em 2020.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, a posição da Minoria é votar contra essa dinheirama, essas malas de dinheiro que estão aparecendo nos escândalos. Vamos votar pelo financiamento público de campanha. E vamos tentar derrotar o distritão, porque ele é o que há de pior na política, e não podemos admiti-lo em nosso País.

A reforma política, depois de 2018, tem que ser feita por uma Constituinte soberana, na minha opinião.

Por isso, a Minoria vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Pedro Fernandes.



O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que a Mesa me desse uma explicação. Se nós aprovarmos o texto base, ressalvados os destaques, nós precisaremos de quantos votos para aprovar o destaque para a transição em 2020?

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputado, repita a pergunta, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES - Nós vamos aprovar o texto base, ressalvados os destaques. Eu pergunto: de quantos votos nós precisaremos para aprovar o destaque para 2020?

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - 308 votos.

O SR. PEDRO FERNANDES - Então eu chamo a atenção do Plenário: isso é uma armadilha. Nós vamos ter que derrotar esse projeto agora, porque senão nós não vamos conseguir aprovar o destaque para 2020. Isso é uma armadilha que estão fazendo para o Plenário. Vamos derrotar essa matéria agora, para permanecerem as coligações.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota a Maioria?

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a expectativa é de um grande acordo e de uma grande reforma. Eu sou um defensor do voto distrital misto, no qual votei em 2015 — infelizmente com 99 votos. Mas eu acho que nós podemos evoluir aqui neste momento, neste debate.

Fazendo restrições ao sistema de federação e subfederações que consta desse texto, eu farei o encaminhamento do voto “sim” em nome do acordo de procedimentos que está estabelecido para que na próxima semana possamos evoluir no debate.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Antes de passar à votação, eu gostaria de cumprimentar o grupo de convidados da Índia, França, Estados Unidos e Austrália, que veio conhecer a realidade da nossa democracia e do nosso País.

Sejam bem-vindos à Casa mais democrática do nosso País! (*Palmas.*)

Como vota o Governo?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar essa votação e fazer um esclarecimento que eu acho importante neste instante — depois vou usar o tempo de Liderança.

Na verdade, foi construído um acordo de procedimentos com todos os partidos que estavam presentes. E eu quero crer que há Lideranças que têm compromisso com o Parlamento e são corretas. Então aqui, nesse acordo que foi feito, não existe pegadinha. As coisas foram colocadas de maneira muito clara, dividindo-se inclusive o que era procedimento e o que era mérito. Nesse sentido, foi possível se construir, com o esforço de todas as Lideranças, o acordo que agora iremos votar.

No meu tempo de Líder, irei fazer o esclarecimento, porque o objetivo dos destaques ressaltados foi o de preservar exatamente o acordo, sem compromisso inclusive de mérito em algumas matérias.

Durante o meu tempo de Líder, falarei a respeito, mas quero aproveitar este instante para também ressaltar o trabalho de todos os Líderes e da nossa competente e dedicada jovem Relatora, a Deputada Shéridan, que hoje — não só hoje, mas em todo este tempo — esteve apelando a toda a Casa para que pudéssemos ter a responsabilidade...

(*Desligamento automático do microfone.*)



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, eu peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - A Deputada Alice Portugal tem a palavra pela Liderança. *(Pausa.)*

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos prestar solidariedade à UERJ — Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Quero dizer que não aceitaremos o término da UERJ. Essa é uma questão nacional. Esse Governo, que não está nem aí para o Brasil, que é subordinado aos estrangeiros, aos americanos, quer acabar com a UERJ. Nós não aceitaremos isso. Essa é uma questão nacional.

Manifesto a nossa solidariedade à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que foi construída com inteligência e a duras penas, ao Estado do Rio de Janeiro e ao País.

Somos contra este Governo privatista, entreguista, de Estado mínimo!



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Líder do PCdoB, eu quero dizer a este Plenário que as elites brasileiras sempre tentaram organizar a arquitetura da política para satisfazer os seus interesses.

A discussão sobre uma reforma política vem de longe. Nós do PCdoB a enfrentamos aqui com os ex-Deputados Haroldo Lima e Aldo Arantes, que, durante 20 anos, trataram de buscar salvaguardar os interesses dos partidos históricos, ideológicos, que estão, inexoravelmente, na alça de mira — sempre tentam fazer com que desapareçam.

O PCdoB nasceu em 1922 e tem 40 anos de clandestinidade e ilegalidades. Quando, em 1981, foi liberada a criação de novos partidos pelo ditador Ernesto Geisel, nós não pudemos nos legalizar. Houve um amplo debate no seio da esquerda acerca da necessidade de que os velhos partidos, ou melhor, o velho partido aparecesse com seu nome, seu símbolo, seu hino, suas cores e seus métodos. Nós resolvemos mantê-lo. E aqui estamos.

Não houve uma legislatura em que, na legalidade, o PCdoB estivesse fora deste Parlamento. Evidentemente, não conseguimos ter a musculatura de frentes, de estruturas que passaram inclusive a ser construídas preliminarmente à nossa legalização, em 1986.

Por isso, não podemos concordar que se volte a sistemas implantados na ditadura: bipartidarismo e cláusula de barreira, que quiseram de 10% — e agora chegou a haver emendas e destaques para estabelecê-la em 3%.



Entendemos que é necessário fazer a depuração. Mas o principal depurador é o voto popular.

Uma reforma política, para ser real e fortalecedora do valor do voto popular, tem que garantir mulheres, negros e indígenas no Plenário desta Casa. Uma verdadeira reforma política precisaria passar minimamente por algum crivo da opinião da população brasileira. Mas, tudo bem, vamos fazer mais uma minirreforma, uma reforma eleitoral.

Vamos votar hoje esse texto global. Mas é preciso dizer que não aceitaremos que na mídia saiam a dizer: “Acabou coligação. Acabou tudo”. Não! Vamos votar o principal, ressalvados os destaques, porque defendemos que pelo menos 1 ano tenhamos. Falta apenas 1 ano daqui para a eleição futura. É preciso manter as coligações agora e preparar os partidos para que elas não existam em 2020.

Também é preciso afastar o fantasma desses sistemas exóticos que estão propondo, como o tal do distritão e a anomalia do distritão com legenda, que só são aplicados em países insulares. O PCdoB defende proporcionalidade, para se ter a média do pensamento nacional através dos partidos, e defende os destaques a serem votados na terça-feira. Por isso, votamos “sim”, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

Durante o discurso da Sra. Alice Portugal, o Sr. André Fufuca, Presidente em exercício, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputados, quem votar agora terá a presença consolidada. Fiquem tranquilos.

Nós teremos uma sessão do Congresso, mas não vamos encerrar esta sessão antes de, no mínimo, 400 Deputados terem votado.

Há dois Líderes inscritos para falar, a Deputada Shéridan e o Deputado Henrique Fontana, mas S.Exas. deixaram que pelo menos cinco Deputados inscritos falem antes deles por 1 minuto. São os Deputados Edmilson Rodrigues, Heráclito Fortes, Laura Carneiro, Luiz Sérgio e Alessandro Molon. Vou conceder-lhes a palavra, porque houve um problema com o Rio de Janeiro.

Depois, todos terão o direito de falar.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, por 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o pacote de maldades do Meirelles/Temer quer destruir a educação nacional e já ameaça de extinção a UERJ, no Rio de Janeiro, bem como outras instituições de ensino.

No Pará, o Governador Simão Jatene tem se antecipado às reformas destrutivas. Para que V.Exas. tenham uma ideia, o Governador não cumpre, há 2 anos consecutivos, a determinação legal de pagamento do piso nacional do magistério, que é de apenas 2.298 reais, mesmo diante de uma decisão do Supremo Tribunal Federal e de outra, recente, do Tribunal de Justiça do Estado, com base numa ação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará — SINTEPP, que determinou que o Governo cumpra a lei.

Portanto, a greve é justa. Presto minha solidariedade aos meus colegas professores.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar aqui para alertar os Srs. Líderes da Casa sobre um problema grave.

Nós estamos nos esquecendo da votação da composição do Parlamento do MERCOSUL, o PARLASUL. Não há mais nenhuma outra opção, Sr. Presidente. Se nós não votarmos, nós vamos ficar sem representação em 2019. Nós já prorrogamos o que se podia. E é preciso que haja uma chapa para eleição direta concomitante com a eleição de Presidente, de Senador, de Governador. Essa chapa poderá ser escolhida, inclusive, por voto direto ou outra modalidade. Agora, é preciso que isso seja definido. Pode ser mista...

(Desligamento automático de microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à Sra. Deputada Laura Carneiro, por 1 minuto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um esclarecimento muito importante. O Ministério da Fazenda, hoje, apresentou um parecer conjunto. Neste parecer conjunto, Sr. Presidente — eu acho que deve ter sido feito por quem não consegue entender a realidade do Rio de Janeiro, ou nunca foi ao Rio de Janeiro —, eles efetivamente sugerem a extinção, a privatização da UERJ.

Mas, Sr. Presidente, isso não passou nesta Casa, isso não está no plano de recuperação, isso não é vontade do Governador, isso não é vontade de nenhum dos Parlamentares da bancada fluminense! Então, Sr. Presidente, este relatório aqui



merece ser rasgado, rasgado, rasgado! A Fazenda não tem noção do que é o Rio de Janeiro!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Um minutinho. Eu vou dar a palavra à Deputada Shéridan e depois eu volto aos inscritos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Eu estou pedindo há um tempão!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Shéridan, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB. S.Exa. tem 8 minutos.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, finalmente, chegamos a este momento! Finalmente, concluímos essa etapa!

Eu inicio a minha fala chamando a atenção para uma feliz coincidência. Peço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que olhem para este painel. Nós temos, ao lado, as nossas condições partidárias postas, e o que prevalece é a nossa satisfação, a nossa responsabilidade, o nosso dever com a sociedade brasileira.

Completamos essa etapa em uma das Comissões que trata da reforma política. Muito me dediquei, muito me empenhei para olhar os partidos desta Casa não pelo seu quociente eleitoral, mas por suas lutas históricas no nosso Brasil. Olhei os partidos de forma igualitária, de forma responsável, respeitando as diferenças e, acima de tudo, a causa individual de cada um.

Fiz um substitutivo que retratou a vontade daquela Comissão. Aprendi na minha vida e aprendi também na política — e tenho aprendido diariamente com V.Exas. — que palavra dada é palavra honrada. O acordo foi construído desde que essa PEC saiu do Senado. Não criamos uma história, não afrouxamos para ninguém. Flexibilizamos! Nesta Casa, o que vale, o que prepondera em qualquer discussão são números, são votos, é a maioria.

Talvez esta não seja a reforma ideal, mas acreditem V.Exas. que ela já é, sim, uma reforma substancial, que começa a sanar as grandes mazelas desse sistema político caótico que nós no Brasil experimentamos hoje.



Concluimos na Comissão o entendimento que não foi o acordo construído inicialmente com o texto original do Senado, sobretudo com essa grande discussão no que tange às coligações. Houve o destaque, e o que prevaleceu foi a vontade da Comissão. A minha parte eu fiz, e o meu compromisso foi empenhado e validado através do meu voto, Deputado Esperidião Amim.

Coligação é a pauta da representatividade. Essa é a ameaça, é a deturpação tão grande que existe no sistema eleitoral brasileiro, tão desconhecido pela sociedade. Temos que permitir que o eleitor traduza o seu voto e a sua vontade vendo o seu candidato eleito, não essa conta absurda que, muitas vezes, elege quem nem obteve voto para estar onde está.

Sr. Presidente, a pauta da cláusula de desempenho, tão conhecida e discutida por V.Exas., trata da normatização, do estabelecimento de condições e limites a que os partidos possam acessar os recursos públicos. Nenhum princípio constitucional é ferido, ninguém está sendo tolhido, e os partidos não deixarão de existir. Agora, é necessário que, no mínimo, haja um percentual, um limite nacional de representatividade, para que se possa acessar esses recursos, que tanto custam aos nossos cofres públicos.

Racionalizar esse quadro fragilizado e tão pulverizado da política é necessário. Estabelecer uma conexão deste Parlamento com a sociedade brasileira também é importante! É nossa responsabilidade validarmos nosso papel como Deputados e Deputadas e traduzirmos aqui a pauta do Brasil. Há meses, ninguém discute aqui a pauta do Brasil! Precisamos permitir que este Parlamento ofereça a qualquer Governo, seja ele qual for — não estou me detendo aqui a Presidentes —,



estabilidade e consonância, para que se promova a política e a agenda política que o Brasil espera. Nós precisamos discutir o Brasil!

Faço referência ao que disse no início: temos de colocar de lado as questões políticas e não deixar que as nossas conveniências político-partidárias contaminem a nossa agenda, a nossa responsabilidade, o nosso compromisso e o nosso respeito ao Brasil.

A soberania deste Plenário vai prevalecer daqui a pouco, quando estaremos dando um grande passo. Após a Constituinte, será essa a maior mudança no sistema eleitoral brasileiro a que o nosso País vai assistir. Será o nosso senso de responsabilidade pública preponderando. É nosso dever estarmos conectados com o que espera a sociedade. Devemos colocar as nossas causas de lado e, principalmente, primar por reformas que tirem de nós também.

O nosso Brasil vive um momento político caótico, fragilizado, e espera de nós uma satisfação, uma resposta.

Eu faço uma referência muito respeitosa e carinhosa aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas membros da Comissão, que ao meu lado trabalharam. As diferenças partidárias foram colocadas de lado, e eu pude aprender muito com os S.Exas. Faço uma referência especial a quem iniciou esse trabalho dentro da Casa, o meu colega Deputado Betinho Gomes, de Pernambuco, que permitiu que a admissibilidade fosse posta; ao meu Líder Ricardo Tripoli, que me delegou esta missão; e ao Presidente Rodrigo Maia, que acompanhou, ao longo dessa caminhada, toda essa discussão e primou pela votação dessa PEC.

Nós somos aqui hoje 25 partidos. São 25 casas diferentes. Essa pulverização, inclusive, compromete o nosso avanço.



É motivo de muito orgulho para mim, Presidente, no meu primeiro mandato, ter a oportunidade de relatar uma matéria dessa natureza, que trata diretamente da vida dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas em suas carreiras, em suas caminhadas políticas. Motivo de maior orgulho ainda, Deputada Mara Gabrilli, é ser a primeira mulher a relatar uma reforma política neste Congresso, nesta Casa, dedicando-me em primar pela minha responsabilidade em traduzir a vontade da sociedade brasileira.

Não só hoje nesta votação, mas nos turnos que estão por vir, peço que essa vontade não seja tolhida, desqualificada e posta de lado por interesses individuais. Vamos nos unir e avançar na pauta que o nosso País espera, com responsabilidade. O Brasil ainda tem esperança de que possamos restabelecer a nossa comunicação, a nossa conexão com a sociedade brasileira. Essa é nossa responsabilidade, esse é o nosso dever.

Nietzsche, icônico Nietzsche, filósofo da Era Moderna, tão atual ainda nos dias de hoje, tão presente nos dias de hoje, nas nossas decisões e no nosso dia a dia, disse que quanto mais alta a subida na vida, quanto mais no alto do topo estivermos, mais dura a vida fica. Aqui no Congresso também é assim. Quanto mais caminhamos, quanto mais avançamos, mais duro é chegar a uma equação, porque estamos sempre primando pelas nossas condições pessoais.

Eu faço esse apelo. Eu ainda estou começando a minha caminhada, mas a minha maior esperança é de que um dia este Congresso possa pôr as suas questões de lado, é de que possamos todos nós colocar as nossas causas individuais de lado, a fim de primarmos pelo Brasil. Isso é o que a sociedade espera de nós. Ela espera o nosso olhar de Brasil, a nossa responsabilidade pública, a



nossa responsabilidade enquanto políticos, a nossa responsabilidade enquanto cidadãos brasileiros. Ela espera que lutemos, que avancemos e que trabalhemos por ela.

Muito obrigada, Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de meses de trabalho e de muito debate, estamos, enfim, apreciando no Plenário a PEC 282/16, que veda as coligações proporcionais, estabelece uma cláusula de desempenho e cria a possibilidade de federações de partidos. Quero ressaltar aqui o empenho da Comissão Especial na busca de um texto que pudesse contar com quase um consenso entre os membros.

Fico muito feliz em anunciar que, apesar da complexidade que os temas da reforma política impõem, foi possível chegar muito próximo de um consenso na Comissão. Apenas um partido votou contra o parecer desta Relatora, e apenas duas questões foram destacadas, sendo somente um destaque aprovado, o que trouxe o fim das coligações para 2018.

Trabalhei com muito esforço para construir um substitutivo que refletisse a vontade da Comissão, bem como o acordo firmado entre presidentes de partidos políticos logo que essa proposta saiu do Senado. Mantive no texto todos os entendimentos firmados naquela ocasião, o que inclui a determinação de fim das coligações a partir de 2020. A Comissão, no entanto, decidiu por antecipar essa situação.



Fizemos nossa parte na Comissão. Demos uma resposta à sociedade em um momento em que a pauta política parece ser apenas destinada a acusações mútuas. Mostramos que é possível avançar na construção de um sistema político melhor, objeto da PEC 282/16.

A PEC 282/16 trata de dois importantes eixos da reforma política: a representatividade e a moralização. Trata da representatividade porque acaba com as coligações, esse mecanismo que desvirtua a vontade do eleitor ao permitir transferências de voto. E trata da moralização porque acaba com a situação em que partidos fundados hoje já possam receber recursos públicos, mesmo que não tenham obtido um voto sequer.

Estamos criando uma cláusula de desempenho para dizer que apenas terão direito a fundo partidário e a tempo de propaganda os partidos que contarem com um mínimo de apoio popular, através do voto. O eleitor brasileiro será o grande juiz desse processo, definindo, através do voto, quem terá e quem não terá direito de acessar recursos públicos. Essa é uma medida importante para racionalizar o nosso tão pulverizado quadro partidário.

Essa é uma proposta boa para o Brasil. Se aprovada, será a mais importante mudança no nosso sistema eleitoral desde a Constituinte. A Câmara dos Deputados tem agora a oportunidade de dar ao Brasil um quadro partidário verdadeiramente representativo.

A crise de representatividade não é desconhecida de ninguém, mas atacar as coligações, a ampla pulverização de legendas, é passo importante para ajudar a reestabelecer a representatividade do nosso sistema político caótico.



No mais, gostaria de agradecer a cada Deputado e a cada partido político que auxiliou na construção do meu parecer. Muito me empenhei, ouvindo todos, sem levar em conta o tamanho de suas bancadas. Esse trabalho culminou na chegada ao Plenário de um texto aprovado por quase a unanimidade da Comissão Especial.

Gostaria de ressaltar também que o trabalho promovido na Comissão é um exemplo de que quando vários partidos se unem, desarmados do partidarismo, é possível avançar nas pautas importantes para nosso País. Muitas vezes aqui no Plenário enfrentamos debates políticos em que falta diálogo para avançar. Que fique a lição da nossa Comissão, que mostrou que podemos nos unir enquanto Parlamentares para fazer avançar o nosso País. Muitas vezes, o partidarismo impede o trabalho em conjunto pelo nosso País. Não podemos nos deixar cegar e deixar que disputas políticas menores contaminem a nossa vontade de mudar o Brasil para melhor.

É motivo de muita honra para mim, no meu primeiro mandato e como a primeira mulher a relatar uma reforma política, ter podido atuar em uma matéria de tamanha relevância para nosso País. Tenham a certeza de que este Plenário estará fazendo história quando aprovar essa matéria. O Brasil precisa de uma ação e demanda de nós isso. Vamos mostrar para a sociedade que estamos aptos a promover as mudanças de que o Brasil precisa! Vamos aprovar a PEC 282/16!

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



O SR. VINICIUS GURGEL (PR-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vinicius Gurgel votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Enquanto o Deputado Henrique Fontana se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o parecer dos técnicos do Ministério da Fazenda acerca da recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro é uma irresponsabilidade. Sugerir que o Estado do Rio de Janeiro feche a UERJ e feche a Universidade Estadual do Norte Fluminense é criar mais tensão no Estado.

O Rio de Janeiro precisa resolver os seus problemas. A ajuda foi muito importante, a assinatura do acordo foi muito importante, mas esse parecer técnico que sugere que o Estado do Rio cesse o oferecimento de vagas em universidades é uma irresponsabilidade. Isso gera tensão, gera pressão sobre o Governo do Estado, que já vive um momento delicado.

Nós queremos aqui manifestar nosso inconformismo e nosso protesto contra esse parecer.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
André Fufuca, Presidente em exercício.*

O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, anuncio que votei favoravelmente ao substitutivo à PEC 282/16, porque entendo que, no Brasil, partido político precisa deixar de ser negócio. Por isso, acho importante esse avanço promovido pela PEC.



Segundo, quero dizer que, no Dia da Amazônia, conseguimos as 171 assinaturas necessárias para a instalação de uma CPI para investigar a extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados — RENCA. É uma iniciativa nossa, do Deputado Júlio Delgado, de outros Parlamentares e também de Senadores, a fim de investigar a escandalosa extinção da RENCA.

Por fim, anuncio que nós torcemos por uma rápida liminar da Ministra Rosa Weber na ADPF ajuizada pela Rede em defesa das universidades estaduais, para que recebam o duodécimo. Repudiamos frontalmente essa manifestação do Governo Federal no sentido de que a saída para o Rio de Janeiro é a extinção das universidades estaduais!

Só mesmo um Governo que não acredita na educação, na ciência e na tecnologia e que desconhece o potencial dessas universidades pode ousar propor tamanha barbaridade!

Por isso, registro o nosso repúdio a essa manifestação pela extinção do ensino superior estadual. A nossa luta em defesa do duodécimo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, da Universidade Estadual do Norte Fluminense — UENF e da Fundação Centro Universitário Estadual Zona Oeste — UEZO vai prosseguir no Supremo, com a ADPF apresentada pela Rede.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Vou encerrar a votação. Todos já votaram?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Um minutinho, Sr. Presidente. Quero me associar à bancada fluminense. Peço 1 minuto, com a permissão do Deputado Henrique Fontana.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de registrar que aqui neste plenário nós lutamos por um acordo justo para com o Estado do Rio de Janeiro, um acordo que havia sido votado em dezembro, sem as contrapartidas draconianas em relação ao Estado, e que o Sr. Temer vetou.

Depois, nós lutamos contra o projeto que para cá retornou, porque, para além de todas as contrapartidas, ele simplesmente dispensa o Governador, a partir da criação de uma junta interventora.

E agora surge esse parecer absurdo, que simplesmente traz a público aquilo de que já desconfiávamos e que já denunciávamos, que é a possibilidade de extinção e fechamento da universidade do Estado.

Registro nossa repulsa, nosso repúdio, nossa mais veemente luta contra mais um abuso desse Governo corrupto, que não merece o respeito da sociedade brasileira!



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os colegas Deputados e as colegas Deputadas, especialmente a Deputada Shéridan, que é a Relatora desta matéria.

Usando o tempo da Liderança Minoria — cumprimento também o Líder José Guimarães —, começo dizendo que, neste ambiente de grave crise institucional pela qual passa a democracia brasileira, esta votação de hoje é muito importante, Deputado Tadeu Alencar. Ela pode estar dando início a uma resposta efetiva do Parlamento para a melhoria do sistema político brasileiro.

Nós não temos nenhuma dúvida de que daqui não sairá a reforma política ideal. E as reformas mais estruturais, do meu ponto de vista, só virão, Deputado Décio Lima, quando nós dermos ao povo brasileiro o direito de eleger uma constituinte exclusiva e específica que aprofundará a reforma política.

Mas as respostas que podem sair daqui são importantíssimas para qualificar a democracia no nosso País. Por exemplo, não é pouca coisa terminarmos com as coligações nas eleições para Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais a partir de 2020. Eu também gostaria de terminar com elas em 2018, mas eu assumo, desta tribuna, o acordo político que foi feito, no sentido de dar estabilidade a esta votação, para que todos nós possamos, sim, votar no que defendermos, ganhar votações, perder votações, mas garantir a estabilidade que diz: *“Terminam as coligações nas eleições proporcionais em 2020”*.



Segunda questão, nós precisamos baratear as eleições brasileiras. As eleições brasileiras têm o histórico de serem multimilionárias, financiadas por grandes grupos empresariais, e isso deu no que deu. Isso deu, em grande parte, nesta crise profunda que nós vivemos, de muita corrupção, de muito abuso do poder econômico, de muito controle do Parlamento pelos grandes financiadores.

Foi corretíssima a decisão do Supremo Tribunal Federal ao acolher ação direta de inconstitucionalidade da Ordem dos Advogados do Brasil e, em bom tempo — deveria ter sido antes, inclusive —, proibir o financiamento empresarial de campanhas políticas, porque elas nunca — ou quase nunca, para ser mais preciso — financiam as campanhas eleitorais por amor à democracia; financiam as campanhas eleitorais para controlar Governos e Parlamntos, para vender obras superfaturadas, para obter privilégios. Essas coisas, sim, custam bilhões e bilhões de reais para os cofres públicos.

Como dizia o meu amigo e sempre Ministro José Fritsch, que está aqui conosco, é preciso terminar com esta demagogia de dizer que ao se criar um fundo público, com um valor moderado de 1 bilhão de reais, por exemplo, Deputado Ságuas Moraes, nós estaremos retirando o dinheiro da saúde e o dinheiro da educação. São bilhões de reais que a corrupção leva pelo ralo do interesse dessas empresas que financiam as eleições.

O orçamento da saúde, Deputada Jandira Feghali, é de 100 bilhões de reais. Outro dia, numa renegociação de dívida com os ruralistas, consumiram 10 bilhões de reais. E aí, quando é para garantir uma democracia de iguais, uma democracia efetivamente republicana, uma democracia que não seja dominada pelos grandes financiadores, que não seja dominada pelo poder econômico e pelos mais ricos,



alguns vêm à tribuna e dizem: *“Ah, não! Não podemos colocar 1 bilhão de reais para financiar eleições, porque esse é um dinheiro que faz falta à saúde”*.

Não, nós não podemos ser hipócritas a esse ponto. Nós temos que dizer que o financiamento da campanhas, em 2014, que ultrapassou 7 bilhões de reais, tudo com dinheiro empresarial, aquilo, sim, custou caro — caríssimo! — para os brasileiros que reclamam mais saúde, que reclamam mais educação e que querem políticas públicas fundamentais.

Eu estou nesta tribuna para convidar os colegas a apoiar a criação desse fundo público, porque um fundo público com valor moderado vai fazer com que sobre muito mais dinheiro para a saúde e para a educação.

E digo mais: imaginemos, Deputado Feliciano, que a campanha eleitoral seja financiada só por pessoas físicas. Alguém poderia até ser atraído por essa ideia. *“Ah, não! Quem quer ser candidato ou coloca o seu dinheiro ou arruma alguns amigos para financiar a sua campanha”*.

E aí eu pergunto: como um líder popular, por exemplo, lá da Vila Jardim, onde eu trabalhei como médico, um bairro de periferia de Porto Alegre, um líder daquela comunidade de trabalhadores pobres, poderia ser candidato, se os seus amigos ganham um salário mínimo, dois salários mínimos e não têm dinheiro nem para garantir, muitas vezes, a alimentação da sua família?

Proibamos todo e qualquer fundo público, Deputados, e aí teremos a democracia dos ricos. Os líderes populares não poderão ser candidatos. Aqueles que representam os trabalhadores e os mais pobres ficarão sempre fora deste Parlamento.



E não venham me dizer que uma pessoa física como o Prefeito de São Paulo, João Doria, pode colocar 6 milhões de reais na sua própria campanha. Isso é abuso do poder econômico! Nós temos que votar esta reforma também para estabelecer o teto de gastos. A lei de hoje permite que Doria coloque 6 milhões de reais na campanha. Nós precisamos votar a reforma política para proibir esse financiamento elevado.

Nós temos que levar adiante, na semana que vem, essas votações, porque não é razoável que o candidato a Governador de São Paulo tenha um teto de gasto de 73 milhões de reais nas eleições. Esse teto pode e deve ser baixado para 15 milhões de reais, por exemplo, que é a quarta parte ou quinta parte desse valor.

Ou, num outro exemplo, de novo falando aqui com os colegas cariocas: como nós podemos ter uma eleição em que um candidato a Deputado Federal no Rio de Janeiro possa gastar 5 milhões 783 mil reais? Isso é um absurdo, Deputado Pansera!

Nós temos que baixar o valor das campanhas. Por que um candidato no Rio, por exemplo, não pode fazer uma campanha com 900 mil reais? Talvez seja possível até com menos, mas jamais gastando 5 milhões 783 mil reais. Essa é a regra da democracia para os ricos, e não da democracia republicana, na qual todos de fato são iguais em oportunidades.

Muitos dos colegas aqui sabem que é muito difícil arrecadar recursos. É por isso que eu peço apoio para o fundo público, para que tenhamos uma eleição efetivamente democrática, com condições mínimas de os candidatos apresentarem as suas propostas.



Em outro momento, vou debater com todos os colegas também o sistema eleitoral.

Parabenizo a Casa. E vamos adiante com essas votações, a fim de melhorarmos o sistema político.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, a assinatura do acordo de renegociação da dívida do Rio de Janeiro abriu espaço para a recuperação econômica do Estado.

Essa foi uma batalha nossa de 8 meses de negociações, pressões, e conseguimos chegar a esse ponto. Entretanto, é claro que a equipe econômica do Governo tinha que deixar sua marca lá dentro, para continuar tensionando o ambiente.

Aquelas recomendações que não têm valor de obrigação e que incluem demissão de servidores e privatização de universidades são totalmente desnecessárias e erradas.

Quem conhece a Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, a Universidade Estadual do Norte Fluminense — UENF e a Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste — UEZO sabe que essas universidades irão resistir fortemente nas ruas. E nós estaremos ao lado delas. E sabemos que a opinião pública do Rio de Janeiro também não permitirá isso.

Entretanto, acho muito importante que o Governador se posicione...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Vou encerrar a votação.

Antes, porém, eu gostaria de agradecer a todos os Deputados que vieram à Casa nesta semana, uma semana difícil, os Deputados que acreditaram que nós poderíamos fazer um bom trabalho à frente da Presidência e nos ajudaram a



aprovar duas MPs e a Lei da Adoção e a colocar a PEC da Reforma Política em votação.

Independentemente do resultado que nós iremos ver no painel, esta Casa é vencedora, porque não se furtou de ser pai da sua própria decisão, de ser pai do seu próprio destino.

Eu agradeço a todas as Lideranças, a todos os Deputados que demonstraram solidariedade a este jovem Deputado que aqui está, na Presidência desta Casa. E quero dizer que nós estamos preparados para, sempre que o Brasil precisar, darmos as mãos pelo Brasil. *(Palmas. Muito bem!)*



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 384;

NÃO: 16;

TOTAL: 400.

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pela primeira vez na história, o parecer a uma proposta de reforma política feito por uma mulher é aprovado na Casa.

Parabéns, Deputada Shéridan. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Estão prejudicadas a proposta inicial, as apensadas e as emendas, ressalvados os destaques.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB-RS. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, empresto a frase de Marcos Lisboa, na sua coluna na FSP de domingo, 3 de setembro, intitulada *Paradoxo*. Marcos Lisboa hoje é Presidente do influente Insper, com larga experiência como acadêmico, e que atuou no primeiro Governo de Lula como Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, entre 2003 e 2005. Na crônica, lembra que hoje o Governo Federal tem suas receitas comprometidas em 105% com despesas obrigatórias e vinculadas. Ou seja, não dá nem para pagar o que é obrigatório, quanto mais pelo que é de sua própria política de governo, tornando este completamente amarrado pelo próprio orçamento público.

As vinculações nos orçamentos são de um tempo quando não se acreditava que construiríamos uma democracia, e nem que nos livrássemos da inflação que tornava os orçamentos peças de ficção. Tempos passados, felizmente. Uma presidente foi destituída de seu posto porque não respeitou o orçamento público, além de ter feito afrontas à própria realidade econômica querendo que esta se dobrasse a seus desejos. O atual Presidente tem que fazer aprovar nesta semana no Congresso Nacional uma meta fiscal para este e o próximo ano maior do que a que está aprovada no OGU de 2017 e na LDO de 2018. Então, chega de vinculações, e chega de fazer com o dinheiro público o que não cabe no orçamento aprovando-se leis impossíveis de serem cumpridas. O Rio Grande do Sul paga hoje com sofrimento por essa irresponsabilidade cometida durante o Governo do Tarso Genro.



Sras. e Srs. Deputados, é o caso da meia-entrada criada em tempos outros, como é o caso mesmo dos subsídios dados pelo BNDES das desonerações dos tempos de Lula e de Dilma. O volume dessas últimas bondades ultrapassa até mesmo o déficit da Previdência, ou seja, centenas de bilhões de reais. As regras da meia-entrada para estudantes dos quais não se conhece a renda, da concessão de subsídios a empresas das quais não se cobra resultados, da inclusão na conta da previdência de gastos que têm outra natureza como as da assistência social, são regras que tem que ser substituídas através de reformas que tardam, inclusive pela pressão de grupos de interesse duvidosos quando se trata de resultado coletivo.

A tarefa cabe somente à política. É por ela que conflitos são equacionados de modo democrático, corajoso, transparente e bem avaliado, para que não se gere quando se decide em nome da concessão de uma nova ou velha bondade gerar mais iniquidades, injustiças e ineficiência. O dinheiro público é produzido com muito trabalho de todos, e não pode ser apropriado por alguns. Temos a chance novamente de fazê-lo, porque senão em breve o sofrimento de Estados como o RJ e o RS não serão casos únicos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.55.O
Data: 05/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para quarta-feira, dia 6 de setembro, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Decreto Legislativo nºs 105, de 2015; 389, 424, 528, 561, 570, 571, 572 e 573, de 2016; e Projeto de Resolução nº 54, de 2015.

Lembro que foi convocada Sessão do Congresso Nacional para terça-feira, dia 5 de setembro, com Ordem do Dia já divulgada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 246.3.55.O

Data: 05/09/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5827

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 12 minutos.)